
EDITORIAL

CENTRALIZAÇÃO OU DESCENTRALIZAÇÃO: FALSO DILEMA?

Depois dos anos de euforia da primavera pós-conciliar, detectam-se atualmente sinais de que a Igreja católica volta a uma política centralizadora: o processo e os critérios usados para a nomeação de bispos e organização de novas dioceses, a convocação a Roma dos episcopados de vários países, o questionamentos do estatuto teológico e da autoridade doutrinal das Conferências episcopais, o projeto de elaboração de um catecismo universal etc. Não falta quem identifique tudo isso como estratégia e táticas claramente orientadas numa linha neoconservadora.

A fidelidade à Tradição católica não permite pôr em questão a legitimidade do primado universal do bispo de Roma, nem a necessidade de ele continuar a exercer o serviço da unidade no Colégio dos Bispos e na Igreja universal. É também evidente que todo o serviço exige autoridade para poder ser exercido. O que está em questão é o modo de exercer esse serviço e se a centralização é o único meio possível.

Historicamente, houve momentos em que se julgou oportuna uma maior centralização para exorcizar os perigos que ameaçavam rasgar a "túnica inconsútil de Cristo". A centralização realmente contribuiu então positivamente para manter a integridade da Tradição. Isto não significa que não se poderia ter priorizado outros meios. Mas, como não é saudável aventurar-se por futuríveis, convém constatar que, de fato, a centralização redundou, sob certo ponto de vista, em benefício para a Igreja. Sob outros aspectos, criou também problemas.

Exemplos positivos do benefício trazido por certa centralização são a Reforma Gregoriana, no séc. XI, que libertou a Igreja do poder feudal; e a Reforma Católica, no período pós-tridentino, que arrancou a Igreja do marasmo renascentista, incentivando desde a "cura animarum" até a extraordinária expansão missionária, sem esquecer a formação do clero e a renovação da vida religiosa, das dioceses e das paróquias.

Sob outro ângulo, porém, pode-se dizer que a reação centralizadora da Igreja católica depois do Cisma do Oriente e depois da Reforma protestante não se limitou a um reforço da unidade necessária, mas deu asas a uma uniformização empobrecedora. Igreja católica tornou-se praticamente sinônimo de Igreja latina. A centralização pós-Trento anulou

amplamente a identidade e as tradições das Igrejas locais, romanizando-as. Nas novas frentes missionárias, então em expansão, nem sequer se permitiu a formação de tradições próprias: tornaram-se meras Igrejas-reflexo. A centralização uniformizadora foi ainda mais reforçada, na época moderna, pela reação contra as tendências galicanistas por um lado e contra as correntes do Iluminismo, por outro.

No séc. XIX, a Igreja católica se achava numa verdadeira situação de autodefesa contra a sociedade não só anticlerical, mas também antieclesial. Fechou-se face ao mundo moderno e procurou maior coesão ainda em torno de seu centro romano. Sem querer justificar este fenómeno, mas tentando compreendê-lo, alguém tão insuspeito de simpatias centralizadoras como G. Alberigo chega a afirmar: "A centralização e a uniformidade (...) tornam-se verdadeira necessidade, quando a Igreja é uma cidadela assediada".

O Concílio Vaticano II trouxe radical mudança de atitude na maneira de a Igreja conceber e viver sua relação com o mundo. Em consequência, a Igreja se situa hoje muitas vezes na linha de frente na defesa da liberdade e dos direitos humanos, na luta pela justiça, na opção preferencial pelos pobres etc.

A nova atitude frente ao mundo não deixa de repercutir na vida interna da Igreja. Como pregar a liberdade e os direitos humanos, se em seu seio estes valores parecem desrespeitados? Como apoiar a construção de uma sociedade participativa, se "em casa" reina uma prática de decisões centrais não deliberadas em diálogo com as Igrejas locais?

Juntamente com a mudança de atitude frente ao mundo, a Igreja pós-conciliar redescobre a fundamental importância teológica e pastoral — teológica porque pastoral — das Igrejas locais. Ora, a teologia das Igrejas locais leva inevitavelmente a maior autonomia e conseqüentemente a maior descentralização.

A teologia das Igrejas locais tem sólidos fundamentos no Novo Testamento, nas práticas da Igreja antiga e nos textos do Concílio. As Igrejas locais têm não só o direito como também o dever de viver e de encarnar a fé da "Catholica" no húmus dos diversos contextos culturais em que estão inseridas, adquirindo assim rosto próprio. Esse direito e essa necessidade, assim como também o direito a ampla autonomia dentro da comunhão com as outras Igrejas, eram pacificamente reconhecidos e praticados na Igreja antiga e vistos como perfeitamente compatíveis com a unidade da fé e da Igreja. As Igrejas particulares tinham sua teologia, liturgia e direito próprios. Longe de ameaçar a unidade, a maior autonomia é a forma tipicamente "católica" de realizar e de enri-

quecer a unidade da Igreja Universal. "Porque é católica, a Igreja tem que ser particular", diz H.-M. Legrand.

A existência das Igrejas católicas orientais é outro argumento histórico e prático a favor da unidade na diversidade. Por que razão — já perguntava K. Rahner — não poderiam desenvolver-se também nas novas Igrejas da Ásia, da África, das Américas, teologias, liturgias, formas de vida eclesial e inclusive normas jurídicas distintas das que caracterizam tradicionalmente as Igrejas da Europa? Por que não poderiam formar-se nos diversos continentes novos Patriarcados, ligados a Roma pela comunhão católica? A catolicidade comporta várias soluções jurídicas, fora da uniformidade.

A maior autonomia e conseqüentemente maior pluralismo nos âmbitos da teologia, da liturgia, do direito, das formas concretas do exercício do ministério e das práticas pastorais em geral permitiria sem dúvida alguma às Igrejas locais responderem de maneira mais adequada às necessidades, aspirações e desafios com que se vêem confrontadas. Mais do que na centralização parece estar aí a solução mais viável para os problemas com que a Igreja se defronta no limiar do terceiro milênio.

De certo, a autonomia e pluralismo das Igrejas locais são relativos e incluem mútua responsabilidade, garantida pelo serviço de unidade assumido de modo especial pelo bispo de Roma, que "preside na caridade" o colégio episcopal, cuja significação foi solidamente recuperada pelo Vaticano II. Mas é nos bispos, pastores das Igrejas locais, que recai a missão de edificar comunidades vivas no meio das sociedades em que estão inseridas. A Igreja católica existe concretamente nas Igrejas locais. Elas constituem o Povo de Deus itinerante na história. Por isso mesmo nelas aparecem os problemas e os desafios concretos para a edificação e a missão da Igreja "ad intra" e "ad extra".

Hoje não é mais possível encontrar e traduzir na prática concreta das comunidades eclesiais as respostas mais adequadas a esses problemas, simplesmente por meio de uma relação bilateral entre cada diocese e a Santa Sé, no estilo da prática que se impôs a partir do séc. XIX. Não podemos continuar fazendo de conta que as Igrejas locais são uma espécie de sucursais da Igreja romana e o Papa, uma espécie de "pároco do mundo". Nesse modelo de Igreja, as iniciativas e decisões importantes competem a Roma e às Igrejas locais cabe apenas executá-las, como se a Igreja universal fosse uma espécie de "transnacional do Espírito".

O contexto histórico atual exige novas formas de comunicação e de corresponsabilidade horizontal, particularmente entre os bispos das Igrejas de um mesmo espaço geográfico e cultural, na linha do que era a

prática comum da Igreja antiga.

Intuindo a necessidade de novas mediações para responder aos desafios novos da missão da Igreja no mundo de hoje, o Vaticano II propôs diversas formas institucionais do exercício da colegialidade, situadas em vários níveis. Duas delas são o Sínodo dos Bispos (Christus Dominus, 5) e as Conferências Episcopais (ibid., 36-38).

Limitemo-nos, por ora, às Conferências Episcopais. Elas expressam e constroem de forma nova a comunhão solidária e corresponsável entre as Igrejas e realizam, embora de modo parcial, a colegialidade episcopal. Esta se expressava, no passado, de maneira esporádica nos sínodos e concílios locais ou regionais; hoje, expressa-se de maneira institucionalizadamente permanente nas Conferências Episcopais.

Os problemas com que se defronta hoje o ministério episcopal são de tamanha complexidade que os bispos isoladamente não são capazes de dar-lhes resposta. Além dos problemas das Igrejas locais e dos problemas comuns próprios de regiões mais homogêneas, há hoje problemas novos, de tipo estrutural, que afetam a toda uma nação ou continente. Problemas extremamente complexos, que exigem por isso mesmo um tipo de abordagem e metodologia complexo também. Poucos são os bispos que dispõem, dentro dos limites de suas dioceses, das fontes de informação e dos meios institucionais, humanos e materiais, para tentar uma resposta adequada.

Uma tomada de posição praticamente unânime da Conferência Episcopal de um país sobre algum problema momentoso terá impacto muito maior sobre o conjunto do povo de Deus, sobre a opinião pública e sobre o poder político do que as posições de bispos isolados. Tais tomadas de posição comuns não deixam subterfúgio para escolher, entre "duas Igrejas", aquela que for mais conveniente.

O que está em jogo é a missão evangelizadora da Igreja no mundo contemporâneo, a possibilidade ou impossibilidade de dizer uma palavra fidedigna sobre questões da maior importância para os homens de hoje. Não é uma centralização uniformizadora que vai gerar esta palavra. Nem tampouco uma pastoral atomista de Igrejas locais que respondem unicamente às instâncias vaticanas. É na corresponsabilidade articulada conforme as exigências das diversas regiões e culturas, dentro da comunhão eclesial e da colegialidade episcopal, que poderão surgir respostas adequadas aos principais desafios da sociedade atual.

O exemplo das Conferências Episcopais mostra que não é questão de ser abstratamente a favor ou contra a centralização ou a descentralização. A solução se situa fora desse dilema. As Conferências Episcopais

são ao mesmo tempo um corretivo à excessiva centralização romana no passado e ao demasiado isolamento das Igrejas locais com relação umas às outras.

Trata-se, sobretudo, de aperfeiçoar os meios de diálogo. Lembra-mo-nos com satisfação da reunião de representantes da CNBB com o Papa no final da visita ad limina há três anos, e da diferença entre o primeiro e o segundo documentos romanos sobre a Teologia da Libertação.

Na medida em que todos — papa, bispos, padres, religiosos, leigos — vivermos esta atitude de diálogo e comunhão, centralização e descentralização serão meios relativos, instrumentos para viver o Evangelho. E este — o Evangelho — é que vai “centralizar” a Igreja “ad intra”, para “des-centrá-la” para a missão “ad extra”.